

Q N: 2017  
FL. 03  
RUB. [assinatura]

**Câmara Municipal de Manaus**  
**Diretoria Legislativa**

PROJETO DE LEI Nº 109/2017

AUTORIA: Ver. Plínio Valério

*Subscrito Ver. Dante*

LEI N. 2.549 DE 17/12/2019  
Publicada no DOM N. 4742  
Em: 17/12/2019  
DICEL

EMENTA: DISPÕE sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus, e dá outras providências.

## TRAMITAÇÃO

DELIBERAÇÃO: *24 / 04 / 17*

SITUAÇÃO:

PROCURADORIA LEGISLATIVA

Em: *30 / 05 / 2017*  
Prazo: *07 / 06 / 2017*

NA 2ª CCJR

RELATOR: Ver. *Dallas Filho*

Em: *07 / 06 / 2017*  
Prazo: *19 / 06 / 2017*

NOVO RELATOR

RELATOR: Ver. *Marcel Alexandre*

Em: *07 / 08 / 2017*  
Prazo: *15 / 08 / 2017*

PLENÁRIO: *26 / 09 / 2017*

NA 3ª CFEO

RELATOR: Ver. *MARCEL*

Em: *17 / 10 / 2017*  
Prazo: *30 / 10 / 2017*

PLENÁRIO: *13 / 11 / 2017*

NA 6ª COMSAU

RELATOR: Ver. *Hiram Nicolau*

Em: *20 / 02 / 2018*  
Prazo: *27 / 02 / 2018*

PLENÁRIO: *26 / 03 / 2018*  
NA 18ª COMDPDM

RELATOR: Ver. *Guacoline*

Em: *31 / 07 / 18*  
Prazo: *08 / 08 / 18*

Plenário: *13 / 11 / 2018*

1ª DISCUSSÃO

Plenário: *14 / 11 / 2018*

2ª DISCUSSÃO

SANÇÃO

Retorna às Comissões para a análise da Emenda 001 ao Projeto de Lei, a fim de corrigir vício formal, com base nas súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal e do art. 37 da CF/88, que garante à Administração Pública o poder-dever de corrigir e anular seus próprios atos, quando apresentarem erros e vícios. (Princípio da Autotutela).

PROCURADORIA LEGISLATIVA

Em: *16 / 05 / 2019*  
Prazo: *23 / 05 / 2019*

NA 2ª CCJR

RELATOR: Ver. *Raulzinho*

Em: *05 / 06 / 2019*  
Prazo: *12 / 06 / 2019*

PLENÁRIO: *29 / 07 / 2019*

NA 3ª CFEO

RELATOR: Ver. *ELIAS EMANUEL*

Em: *01 / 08 / 2019*  
Prazo: *12 / 08 / 2019*

PLENÁRIO: *19 / 08 / 2019*  
NA 6ª COMSAU

RELATOR: Ver. *Rosinaldo Dual*

Em: *26 / 08 / 2019*  
Prazo: *02 / 09 / 2019*

PLENÁRIO: *16 / 10 / 2019*  
NA 18ª COMDPDM

RELATOR: Ver. *mirles Sales*

Em: *04 / 11 / 2019*  
Prazo: *13 / 11 / 2019*

Plenário: *26 / 11 / 2019*

2ª DISCUSSÃO

SANÇÃO



Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Manaus  
Gabinete do Vereador Plínio Valério



PROJETO DE LEI Nº 109 / 2017.

**DISPÕE sobre o direito ao aleitamento materno no Município de Manaus, e dá outras providências .**

**Art. 1º** - Todos estabelecimentos localizados no Município de Manaus devem permitir o aleitamento materno em seu interior, independente de terem ou não, área reservada para tal fim.

**Parágrafo único** - Entendem -se por estabelecimentos, todos locais fechados ou abertos, destinados a atividades de prestação de serviço público ou privado, atividades culturais, recreativas e comerciais.

**Art. 2º** - A desobediência ao Art. 1º desta Lei, após comprovação, será punida com uma multa de 10 UFM'S. Em caso de reincidência a multa será dobrada e assim por diante, sempre dobrando o último valor a ser pago.

**Art. 3º** - A denúncia sobre o não cumprimento desta Lei, poderá ser feita junto à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA e Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos - SEMASDH. Podendo ser escrita ou oral, com a devida identificação do autor da denúncia.

**Art. 4º**- O infrator terá dez dias de prazo, após a notificação, para pagar ou se defender da acusação.

**Art. 5º**- O Poder Executivo regulamentará no que couber a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 6º**- Esta lei entra em vigor após trinta dias de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, em 16 de dezembro de 2016.

  
Plínio Valério  
Vereador / PSDB



**Estado do Amazonas  
Câmara Municipal de Manaus  
Gabinete do Vereador Plínio Valério**



**JUSTIFICATIVA**

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, garante o direito de toda criança à amamentação, estabelecendo a obrigação do poder público das instituições e dos empregadores de promoverem condições adequadas ao aleitamento materno.

O Ministério da Saúde e a UNICEF recomendam que até os seis meses de vida a criança seja alimentada exclusivamente com leite materno, o que garante a nutrição adequada para seu pleno desenvolvimento. A amamentação é reconhecida pelo Ministério da Saúde como primeiro direito da criança após o nascimento e recomendada de forma complementar, até o segundo ano de vida.

A organização Mundial da saúde OMS diz que a amamentação deve ocorrer sob livre demanda, ou seja, de acordo com o ritmo natural da criança e sem restrições de horário. Traz inúmeros benefícios e deve ser adotada e incentivada.

Constranger o ato de amamentar é inadmissível. Estabelecer local específico para amamentação é um absurdo. Portanto precisamos de uma lei para que o responsável por este constrangimento seja punido, cumprindo assim, o papel do poder público em promover condições favoráveis para o aleitamento irrestrito, resguardando os direitos da mãe e da criança.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

  
**Plínio Valério**  
**Vereador / PSDB**



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL



PROJETO DE LEI Nº 109/2017

AUTORIA: VEREADOR PLÍNIO VALÉRIO

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O DIREITO AO ALEITAMENTO MATERNO NO  
MUNICÍPIO DE MANAUS

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ASSUNTO  
DE INTERESSE LOCAL. ART.  
30, INCISO I DA CF/88 C/C  
ART. 8º, INCISO I, DA  
LOMAN. PRINCÍPIO DA  
DIGNIDADE DA PESSOA  
HUMANA. ART. 1º, INCISO  
III, DA CF/88.  
ILEGALIDADE. ART. 59,  
INCISO IV, DA LOMAN.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei nº 109/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

Foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 30 de maio do corrente ano. É sempre bom frisar que esta Procuradoria emite parecer de cunho opinativo, considerando apenas o aspecto legal e constitucional.

A Carta Federal vigente consagrou os Municípios como entes da Federação, dotando-lhes de capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com o princípio da supremacia do interesse local.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

DL/DECOI/CCJR
Propos. nº PL
Nº 109/2017
Fl. nº
Rúbrica: 9

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, *verbis*:

**"Art. 30 - Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

**"Art. 8º - Compete ao Município:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Em sendo assim, compete aos Municípios legislarem sobre assunto de predominante interesse local, respeitando sempre os princípios e normas da Constituição Federal e das leis do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Quanto ao tema, não vislumbramos óbice que desaconselhe sua tramitação.

Com efeito, o assunto tratado na propositura é de predominante interesse local, aplicando-se o art. 30, inciso I, da CF/88, bem como o art. 8º, da LOMAN.

Vale salientar que permitir o aleitamento materno no interior das dependências dos estabelecimentos é medida que vai ao encontro do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, sendo plenamente possível.

Entretanto, temos apenas uma observação a fazer:

O art. 3º da propositura afronta o art. 59, inciso IV, da LOMAN, eis que cria obrigação para a Secretaria



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL**

DL/DECOI/CCJR
Propositura: PL
Nº: 109/2017
Fl. nº:
Rúbrica: g/

Municipal de Saúde e para a Secretaria Municipal de Assistência Social, qual seja, a de receberem as denúncia quanto ao não cumprimento da lei. SUGERIMOS QUE SEJA RETIRADO ESSE ARTIGO, PARA QUE SEJA SANADA A ILEGALIDADE, pois da forma como o artigo 3º está redigido, há ilegalidade.

Isso posto, diante dos argumentos expostos, somos desfavoráveis à tramitação da propositura, por afrontar o princípio da independência dos Poderes (art. 2º, da CF) e art. 59, inciso IV, da LOMAN.

Manaus, 31 de maio de 2017.

  
**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora da CMM



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 109/2017

Fls. nº

Assinatura: *Marcel*

TORIAL LEGISLATIVA

DRP

Região no P. do

26/09/17

Vai à 3ª

*Carlem*

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR.

PARECER AO PROJETO DE LEI 109/2017

**AUTORIA:** Vereador Plínio Valério.

**EMENTA:** Dispõe sobre o direito do Aleitamento materno no interior de todos os estabelecimentos localizados no município de Manaus.

## PARECER

### I - RELATÓRIO

Trata-se do projeto de Lei 109/2017, de autoria do vereador Plínio Valério que estabelece o direito ao aleitamento materno em todos os estabelecimento do Município de Manaus e com a devida sanção em caso de descumprimento. Remetido à procuradoria Geral da Câmara, retornou com parecer opinando pelo não prosseguimento por desconcordar com Art. 2 da CF/88 e com o art. 59, Inciso IV, da LOMAN, é o sucinto relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Faz-se necessário em primeiro momento tecer alguns comentários sobre a natureza jurídica do direito da criança ao aleitamento materno.

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) traz a proteção ao desenvolvimento físico, mental e social para a criança, vejamos:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

É bem verdade que o aleitamento materno tem uma grande parcela de contribuição para o desenvolvimento físico, mental e social para a criança, visto que diversos estudos comprovam que bebês amamentados crescem mais saudáveis e com melhores condições psicológicas e emocionais.

Ademais o Estatuto prevê ainda que as instituições deverão propiciar local adequado para o devido aleitamento, conforme o artigo abaixo:

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Resta salientar que a Constituição Federal no seu art. 196 apresenta o seguinte dispositivo

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

*my*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: ..... *PH* .....

Nº ..... *109/2017* .....

Fls. nº .....

Assinatura ..... *Marcel* .....

Como verifica-se, este direito é uma obrigação do estado, logo, uma prestação positiva, consistindo e baseando-se no princípio da dignidade da pessoa humana.

Isto posto, em caráter opinativo, conforme parecer da procuradoria geral da câmara sugere-se que o nobre Vereador suprima o art. 3º do projeto de lei para que não haja ilegalidade para o prosseguimento do projeto.

### III – VOTO

Ex positis, tendo em vista a propositura analisada ser de extrema relevância e feita a devida supressão do art. 3º, resta manifestar-me **FAVORÁVEL** ao seu prosseguimento até a abordagem destes fundamentos.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 21 de agosto de 2017.

*[Assinatura]*  
**MARCEL ALEXANDRE**  
Vereador PMDB  
Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: ..... *favorável* .....  
por ..... *totalidade* .....  
dos ..... *presentes* .....  
em ..... *13/09/2017* .....  
Obs: .....



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

CMM/DICOM/DECOM  
Propositura: .....  
Nº .....  
Fls. nº .....  
Assinatura .....

001  
EMENDA SUPRESSIVA

de autoria do Vereador Plínio Valério que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus.

AO PROJETO DE LEI Nº 109/2017

Art. 1º. Suprime-se o art. 3º com a seguinte redação

*Art. 3º. A denúncia sobre o não cumprimento desta lei, poderá ser feita junto à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos- SEMASDH. Podendo ser escrita ou oral, com a devida identificação do autor da denúncia.*

Manaus, 21 de agosto de 2017.

  
MARCEL ALEXANDRE  
Vereador PMDB  
Relator



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE.

3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO - CFEO.  
PARECER AO PROJETO DE LEI 109/2017

**AUTOR:** Vereador Francisco Plínio Valério Tomaz - Plínio Valério.

**EMENTA:** **DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no Município de Manaus, e dá outras providências.

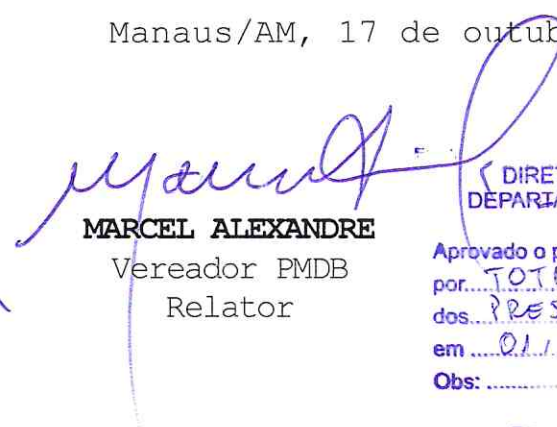
**PARECER**

O Projeto de Lei nº 109 de 2.017, impõe a todos os estabelecimentos públicos e privados, que prestem serviços de qualquer natureza, a permitir em seu interior o ato de aleitamento materno. A proposição em tela pode ser considerada adequada, financeira e orçamentariamente, à luz do dispositivo da LDO/2.017, **por não fixar despesa ao erário municipal**. Sem a respectiva estipulação de dispêndios a ser realizado pelo ente público municipal para custear a imposição estabelecida no respectivo projeto de lei, podemos considerar adequado e compatível orçamentária e financeiramente.

**VOTO:**

Pelo exposto, voto **favorável** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 109 de 2.017.

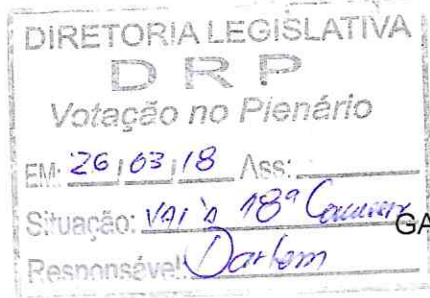
Manaus/AM, 17 de outubro de 2017.

  
**MARCEL ALEXANDRE**  
Vereador PMDB  
Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: **FAVORAVEL**  
por **TOTALIDADE**  
dos **PRESENTES**  
em **01/11/2017**  
Obs: .....





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR HIRAM NICOLAU

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL  
Nº 109/2017  
SIS. nº 01  
Assinatura Rosenice

## 6ª COMSAU

Projeto de Lei nº 109/2017

Autoria da Vereador Plínio Valério

**Parecer ao Projeto de Lei nº 109/2017**, de autoria do vereador Plínio Valério que "**DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus e dá outras providências".

## PARECER

Trata-se do Projeto de Lei nº 109/2017 apresentado pelo Vereador Plínio Valério,

Informa ainda que o referido projeto recebeu parecer contrário da Procuradoria, com sugestão de supressão do Art. 3º para sanar a ilegalidade, desta forma foi feita uma Emenda Supressiva pelo novo Relator Vereador Marcel Alexandre, após isso o projeto recebeu parecer favorável na 2º CCJR e 3º CFEO.

É o relatório.

Passo a opinar.

Cumpre ressaltar o papel desta Comissão que analisa as propostas referentes a saúde, o presente Projeto de Lei mostra-se necessário e oportuno, na medida

ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR HIRAM NICOLAU



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR HIRAM NICOLAU

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL  
Nº 109/2017  
Fls. nº 02  
Assinatura Rosenice

que trata-se de um tema de extrema relevância social, o direito ao aleitamento materno é irrestrito e garantido pelo ECA, legislação pertinente e organizações pró-vida, portanto primordial que seja combatido o preconceito e que o Poder Público aja como garantidor desse direito.

Destarte, esta Comissão manifesta-se **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do presente Projeto

Manaus, 26 de fevereiro de 2018.

**HIRAM NICOLAU**  
VEREADOR - PSD

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO  
Aprovado o parecer: favorável  
por totalidade  
dos presentes  
em 20.03.2018  
Obs:

GABINETE VEREADORA PROFESSORA JACQUELINE

18ª COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER -  
COMDPDM

**Projeto de Lei nº 109/2017**, de autoria do Vereador Plínio Valério, que "**DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus, e dá outras providências".

**PARECER**

A legislação brasileira é considerada das mais avançadas na proteção ao aleitamento materno e ao direito da criança à amamentação nos seis primeiros meses, exclusivamente no peito materno, e até dois anos ou mais com a adição de outros alimentos líquidos e sólidos.

A Constituição Federal garante à mulher que trabalha fora do lar a licença maternidade e o direito à garantia no emprego à gestante e durante o período de lactação. Às presidiárias a Constituição assegura condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegura o direito à creche para que a mulher possa amamentar seu filho, bem como o direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar a criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC), como legislação correlata, contemplam, em diversos artigos, o direito da criança quanto à amamentação e a comercialização de alimentos a ela destinados.

Assim, o projeto em tela busca garantir o direito de toda criança à amamentação, em que todos os estabelecimentos localizados em Manaus devem permitir o aleitamento materno em seu interior, independente de terem ou não, área reservada para tal fim.

A iniciativa do projeto é de extrema importância, pois é uma alternativa para inibir o constrangimento no momento da amamentação. Portanto, não vislumbramos



CÂMARA MUNICIPAL DE

Manaus

DICOM/DECOM

Propositura: 92

Nº 109/2017

ISO 9001

Fls. nº 02

óbito quanto à disposição da matéria em questão. Assim, somos **FAVORÁVEIS AO PROJETO DE LEI N. 190/2017.**

É o nosso parecer.

Manaus, 01 de agosto de 2018.

Vereadora Prof.<sup>a</sup> Jacqueline

Relatora

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: favorável  
por: to tabelado  
dos: presente  
em: 31.08.18  
Obs: -

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Votação no Plenário

Em: 13 / 11 / 2018  
Situação: APROVADO PLENÁRIO  
Responsável: Carlin

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Votação no Plenário

Em: 14 / 11 / 2018  
Situação: VIA A SANÇÃO  
Responsável: Carlin



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



**GABINETE VEREADOR DANTE**

**Memorando 014/2019 – GAB. VER. DANTE**

**Em 14 de maio de 2019.**

A Diretoria Legislativa.

Assunto: **Subscrição aos Projeto de Lei**

Informo a V. S.<sup>a</sup> que estou subscrevendo todos os Projetos de Lei do ex-Vereador Plínio Valério, hoje Senador da República.

Respeitosamente,

  
**Dante**  
**Vereador - PSDB**

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo  
Manaus – AM / CEP: 69027-020  
Tel.: 3303-2828/2829  
[www.cmm.am.gov.br](http://www.cmm.am.gov.br)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE ASSINADO DIGITALMENTE 1

DANIZIO ELIAS SOUZA - VEREADOR - 335.262.302-34 EM 14/05/2019 12:00

CODIGO DE VERIFICAÇÃO : BFC451270006D4A7 - CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verific>



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: .....

Nº .....

Fls. nº .....

Assinatura .....



**PROCURADORIA  
GERAL**

EMENDA N 01 AO PROJETO DE LEI N. 109/2017

AUTORIA: MARCEL ALEXANDRE

ASSUNTO: SUPRIME O ART. 3º, DO PROJETO DE LEI N. 109/2017

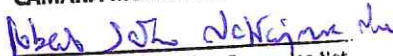
**DESPACHO**

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dra. PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**, em Manaus, 22 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

  
Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto  
Procurador Geral

**ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO**  
*Procurador Geral*



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: .....

Nº .....

Fls. nº .....

Assinatura .....



## **EMENDA N 01 AO PROJETO DE LEI N. 109/2017**

**AUTORIA: MARCEL ALEXANDRE**

**ASSUNTO: SUPRIME O ART. 3º, DO PROJETO DE LEI N. 109/2017**

PARECER PL/CMM

EMENDA AO PROJETO DE LEI.  
EMENDA DE ACORDO COM A  
SUGESTÃO DA PROCURADORIA.  
LEGALIDADE.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, EMENDA N. 1 ao Projeto de Lei n. 109/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

Analisando a emenda supressiva do art. 3º do projeto, somos plenamente favorável a sua aprovação, eis que esta Procuradoria já emitiu parecer prévio ao projeto de lei, sugerindo que o art. 3º fosse suprimido, pois violava o art. 59, inciso IV, da LOMAN, maculando o projeto inteiro.

A aprovação da emenda em análise permitirá que essa casa aprove o projeto.

Manaus, 22 de maio de 2019.

**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**

**Procuradora da CMM**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

GABINETE DO VEREADOR RAULZINHO

PROPOSITURA PL  
Nº 109/2017  
FLS Nº ISO 9001  
ASSINATURA [assinatura]

## 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### EMENDA SUPRESSIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº 109/2017

AUTORIA: Ver. Plínio Valério.

EMENTA: **DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no Município de Manaus e dá outras providências.

### PARECER

Trata-se da Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 109/2017, cujo objeto do projeto é sobre o direito ao aleitamento materno no Município de Manaus e dá outras providências.

Foi sugerido, pela Procuradoria desta augusta casa, a retirada do art. 3º do Projeto de Lei em questão (109/2017), por contrariar o Art. 2 da CF/88 e Art. 59, inciso IV, da LOMAN, com a retirada, sanar ilegalidade que o projeto trazia em seu texto, desta forma foi feita uma Emenda Supressiva pelo relator Vereador Marcel Alexandre, posteriormente o projeto recebeu pareceres favoráveis.

Destarte, manifesto-me **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do presente Projeto.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 07 de junho de 2019.

[assinatura]  
Ver. Raulzinho (DEM)

<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>
<b>Votação no Plenário</b>
Em: <u>29 / 07 / 2019</u>
Situação: <u>Votado 3ª Comissão</u>
Responsável: <u>[assinatura]</u>

CMM/DL/DIAC/DECOM  
Aprovado o parecer favorável  
por totalidade  
dos presentes  
em 22 / 07 / 2019  
obs \_\_\_\_\_

**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**Votação no Plenário**

Em: 19 / 08 / 2019

Situação: VAI à 6ª Comissão

Responsável: [assinatura]

ISO 14001  
SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

PROPOSTA: PL

Nº 109/2017

FLS Nº \_\_\_\_\_

SINATURA: [assinatura] ISO 9001

**GABINETE DO VEREADOR ELIAS EMANUEL**

**3ª COMISSÃO - FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO (CFEO)**

**EMENDA SUPRESSIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº109/2017**, de autoria do Vereador Plínio Valério, subscrito pelo Vereador Dante que **DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no Município de Manaus e dá outras providências.

**PARECER**

Trata-se de Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 109/2017, cujo objeto do Projeto de Lei trata do direito ao aleitamento materno no Município de Manaus e dá outras providências.

A emenda em tela visa exclusivamente suprimir o artigo 3º do aludido Projeto de Lei, que trata sobre meios ou canais de denúncias em caso de violação ao direito ao aleitamento materno, que segundo o próprio Projeto de Lei, poderia ser feito as pastas municipais da saúde e assistência social, fato que poderia ser interpretado com a criação de atribuição e ,conseqüentemente, de geração de ônus ao erário municipal.

Com a supressão desse artigo, deixa de existir essa premissa, vez que a propositura não fixaria despesa aos cofres públicos.

Deste modo, de acordo com a competência da 3ª Comissão, este parecer ao analisar a **EMENDA SUPRESSIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº 109/2017**, não acarreta implicações orçamentárias no âmbito municipal, pois não onera a máquina pública, razão pela qual, somos pelo parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do presente Projeto em tramitação nesta Casa legislativa.

**Manaus 06 de agosto de 2019.**

**CMM/DL/DIAC/DECOM**

Aprovado o parecer Favorável

por TOTALIDADE

dos PRESENTES

em 14 / 08 / 19

ohs \_\_\_\_\_

[assinatura]  
**ELIAS EMANUEL**

**Vereador - PSDB**

**Relator**



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DO VEREADOR ROSINALDO FERREIRA DA SILVA

CMM/DL/DIAC/DECOM  
PROPOSITURA Emenda  
Nº 001/2019  
FLS Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA Rosenice

6º COMISSÃO DE SAUDE - COMSAU

"EMENDA Nº 001/2019, DE AUTORIA DO VER. MARCEL ALEXANDRE, ao Projeto de Lei nº 109/2017, do Vereador Plínio Valério, subscrito pelo vereador Dante, que DISPÕE sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus, e dá outras providências."

PARECER

Trata-se de Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 109/2017, cujo objetivo do projeto de Lei trata do direito ao aleitamento materno no Município de Manaus e dá outras providências.

A retirada do art. 3º do Projeto de Lei em questão denuncia o não cumprimento de violação ao direito de aleitamento materno no município de Manaus, independentemente de terem ou não, área reservada. A denuncia sobre o não cumprimento desta Lei, poderá ser feita junto à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA e Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos - SEMASDH. Podendo ser escrita ou oral, com a devida identificação do autor da denúncia.

Neste sentido, pela relevância da propositura para o Município de Manaus e sua população, não implicando, assim, qualquer alteração orçamentária, **me manifesto FAVORÁVEL** ao prosseguimento da presente Emenda.

Plenário Adriano Jorge, 16 de Setembro de 2019

<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>	
<b>Votação no Plenário</b>	
Em:	<u>16 / 10 / 2019</u>
Situação:	<u>Vai à 18ª Comissão</u>
Responsável:	<u>Dante</u>

<b>CMM/DL/DIAC/DECOM</b>	
Aprovado o parecer	<u>favorável</u>
por	<u>totalidade</u>
dos	<u>presentes</u>
em	<u>15 / 10 / 2019</u>
Obs:	

ROSINALDO FERREIRA DA SILVA  
ROSINALDO FERREIRA DA SILVA  
VEREADOR - PHS

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo  
CEP 69027-020 – Manaus  
Gabinete 13, 1º Andar – Tel./Fax: 92 3303-2820  
e-mail: rosinaldobual@cmm.am.gov.br

<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>	
<b>Votação no Plenário</b>	
Em:	____/____/____
Situação:	_____
Responsável:	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECOM  
PROPOSITURA PL ISO 9001

Nº 109/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
GABINETE DA VEREADORA MIRTES SALES

ASSINATURA Waluke

## 18ª COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER À EMENDA SUPRESSIVA Nº 001, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE AO PROJETO DE LEI Nº. 109/2017, DE AUTORIA DO VERADOR PLÍNIO VALÉRIO, que "Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus, e dá outras providências".

### RELATÓRIO

Vem a exame desta 18ª Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher – COMDPDM, o Projeto de Lei n.º 109/2017 de iniciativa do Vereador Plínio Valério, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus.

Tramitado o projeto supramencionado na Procuradoria Legislativa da Câmara, recebeu parecer desfavorável à tramitação do projeto de lei, por afrontar o princípio da independência dos poderes e a Lei Orgânica do Município de Manaus, com sugestão de supressão do art. 3º para sanar a ilegalidade.

Outrossim, tramitado o projeto de lei na 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, na 3ª Comissão de Finanças, Economia e Orçamento – CFEO, na 6ª Comissão de Saúde – COMSAU, na 18ª Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher – COMDPDM, recebeu pareceres favoráveis pela aprovação da propositura.

Apresentada a Emenda n.º 001 ao projeto de lei nº 109/2017, suprimiu-se o art. 3º, remetendo-se o projeto as demais comissões.

Após a emenda supressiva supramencionada tramitado o projeto na Procuradoria Legislativa da Câmara, na 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, na 3ª Comissão de Finanças, Economia e Orçamento – CFEO, na 6ª Comissão de Saúde – COMSAU, recebeu pareceres favoráveis à tramitação do projeto de lei.

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo  
Manaus – AM / CEP: 69027-020  
Tel.: 3303-2872/2873  
www.cmm.am.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECOM 1369001

PROPOSITURA PL

Nº 1091/2017

Nesta Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher,  
dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

ASSINATURA Waluska

### PARECER

O projeto apresentado dispõe sobre o direito ao aleitamento materno e assegura o seu direito em todos os estabelecimentos localizados no município de Manaus, independentemente da existência de áreas segregadas para tal fim.

A emenda suprime o art. 3º do projeto de lei supramencionado com a seguinte redação: "art. 3ª. A denúncia sobre o não cumprimento desta lei, poderá ser feita junto à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos – SEMASDH. Podendo ser escrita ou oral, com a devida identificação do autor da denúncia".

É incontroverso que são inúmeros os benefícios adquiridos para o desenvolvimento infantil, através do aleitamento materno. De acordo com estudos, há relação entre amamentação e a diminuição nas taxas de mortalidade, morbidade e frequência de doenças em crianças.

Entende-se que a emenda supressiva, não retira do projeto de lei a ampliação de mecanismos de políticas públicas de incentivo à amamentação, defendendo os direitos dos munícipes da cidade de Manaus, precipuamente das mulheres.

Por todo exposto, entende-se que a iniciativa visa à melhoria e ao aperfeiçoamento da legislação de proteção a mulher, motivo pelo qual sou FAVORÁVEL à aprovação da Emenda Supressiva n.º 001 ao Projeto de Lei n.º 109, de 2017, conforme fundamentação aludida.

Manaus/AM., 12 de Novembro de 2019.

  
**MIRTES SALLES**  
VEREADORA - PL

CMM/DL/DIAC/DECOM

Aprovado o parecer favorável  
por totalidade  
dos presentes  
em 25 / 11 / 2019

\*\*\*S

  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**Votação no Plenário**

Em: 26 / 11 / 2019  
Situação: APROVADO O PARECER  
APROVADO 2º DISCUSSÃO  
totalidade

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo  
Manaus – AM / CEP: 69027-020  
Tel.: 3303-2872/2873  
www.cmm.am.gov.br

**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**Votação no Plenário**

Em: 26 / 11 / 2019  
Situação: Vai à Sanção  
Responsável: Walter



## PARECER DE REDAÇÃO

### Projeto de Lei n. 109/2017

Ementa: DISPÕE sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus e dá outras providências.

**Autoria: Vereador Plínio Valério – subscrito pelo Vereador Dante**

Procedendo à análise do **Projeto de Lei n. 109/2017**, de autoria do vereador Plínio Valério, subscrito pelo vereador Dante, com a ementa acima registrada, verificou-se, com base no que preconiza a Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, combinada com a Resolução n. 122, de 21 de novembro de 2018, a necessidade das adequações redacionais seguintes:

1. No art. 1.º, caput, em conformidade com os princípios de clareza e precisão textual, inseriu-se o artigo definido “os” antes da palavra “estabelecimentos”. No parágrafo único, com a mesma finalidade, também foi acrescido o artigo mencionado antes do vocábulo “locais”;
2. Ainda no caput do art. 1.º, observando-se a inadequação do uso do vocábulo, substituiu-se o verbo “terem” por “haver”.
3. No art. 2.º, em consonância com o disposto no art. 11, inciso II, alíneas “e” e “f”, da Lei n. 95/1998, alterou-se o trecho “10 UFM’S” para “dez Unidades Fiscais do Município (UFMs)”. Considerando-se os princípios da técnica legislativa, criou-se um parágrafo único, passando o dispositivo a vigorar da seguinte maneira:

*“Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será dobrada e assim por diante, sempre dobrando o último valor a ser pago.”*



4. Com a aprovação da Emenda 001, o art. 3.º foi suprimido. Devido a isso, os artigos posteriores foram renumerados;
5. No art. 3.º, considerando-se os princípios de clareza e precisão textual, inseriu-se o trecho “a multa” após o verbo “pagar”;
6. No art. 4.º, em consonância com o disposto no art. 11, inciso II, alínea “f”, da Lei n. 95/1998, registrou-se somente por extenso o número “90”;
7. E, no corpo da lei, foram realizadas correções ortográficas e as relativas ao uso dos sinais de pontuação.

Manaus, 27 de novembro de 2019.

  
**Ver. Dante (PSDB)**

*Pres. da Comissão de Constituição, Justiça e Redação*

**Ver.ª Professora Jacqueline (Independente)**  
*Vice-Presidente*

  
**Ver. Fred Mota (PL)**  
*Membro*

  
**Ver. Marcel Alexandre (PHS)**  
*Membro*

  
**Ver. Wallace Oliveira (PODE)**  
*Membro*

**Ver. Raulzinho (DEM)**  
*Membro*

  
**Ver. Cel. Gilvandro Mota (PTC)**  
*Membro*

## PODER LEGISLATIVO

**DISPÕE** sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus e dá outras providências.

**Art. 1.º** Todos os estabelecimentos localizados no município de Manaus devem permitir o aleitamento materno em seu interior, independente de haver ou não área reservada para tal fim.

**Parágrafo único.** Entendem-se por estabelecimentos todos os locais fechados ou abertos destinados a atividades de prestação de serviço público ou privado, atividades culturais, recreativas e comerciais.

**Art. 2.º** A desobediência ao art. 1.º desta Lei, após comprovação, será punida com uma multa de dez Unidades Fiscais do Município (UFMs).

**Parágrafo único.** Em caso de reincidência, a multa será dobrada e assim por diante, sempre dobrando o último valor a ser pago.

**Art. 3.º** O infrator terá dez dias de prazo, após a notificação, para pagar a multa ou se defender da acusação.

**Art. 4.º** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Manaus, 26 de novembro de 2019.**

**Ver. JOELSON SALES SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Manaus





DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE CONTROLE E EDIÇÃO DE LEIS

OFÍCIO N. 150/2019 – DICEL/DL/CMM

Manaus, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

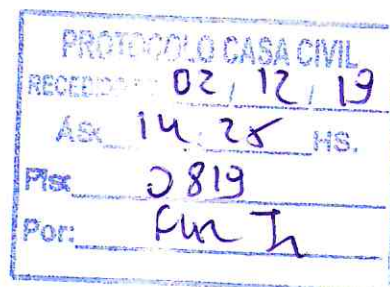
Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Prefeito,

Conforme preceituam os artigos 8.º e 22, da Lei Orgânica do Município de Manaus, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para sanção, o **Projeto de Lei n. 109/2017**, de autoria do vereador Francisco Plínio Valério Tomaz, subscrito pelo vereador Danízio Elias Souza, que “Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus e dá outras providências.”

Atenciosamente,

**JOELSON SALES SILVA**  
Presidente



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo  
Manaus – AM / CEP: 69027-020  
Tel.: 3303-2779  
[www.cmm.am.gov.br](http://www.cmm.am.gov.br)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOELSON SALES SILVA - PRESIDENTE - 437.045.812-91 EM 27/11/2019 14:52:53

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 3431B6810007EB1C . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, terça-feira, 17 de dezembro de 2019.

Ano XX, Edição 4742 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

LEI Nº 2.549, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE sobre o direito ao aleitamento materno no município de Manaus e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

**Art. 1.º** Todos os estabelecimentos localizados no município de Manaus devem permitir o aleitamento materno em seu interior, independente de haver ou não área reservada para tal fim.

**Parágrafo único.** Entendem-se por estabelecimentos todos os locais fechados ou abertos destinados a atividades de prestação de serviço público ou privado, atividades culturais, recreativas e comerciais.

**Art. 2.º** A desobediência ao art. 1.º desta Lei, após comprovação, será punida com uma multa de dez Unidades Fiscais do Município (UFMs).

**Parágrafo único.** Em caso de reincidência, a multa será dobrada e assim por diante, sempre dobrando o último valor a ser pago.

**Art. 3.º** O infrator terá dez dias de prazo, após a notificação, para pagar a multa ou se defender da acusação.

**Art. 4.º** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 17 de dezembro de 2019.

  
ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO  
Prefeito de Manaus